



**PROJETO DE LEI Nº 055/24, DE 23 DE AGOSTO DE 2024.**

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Repasse com a Sociedade Beneficente Roque Gonzáles, cujo objeto será o repasse de recurso no valor de R\$ 750.000,00, abre Crédito Especial, indica recursos, e dá outras providências.**

AMILTON FONTANA, Prefeito do Município de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores do Município de Roca Sales aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Repasse com a **Sociedade Beneficente Roque Gonzáles**, inscrita no CNPJ sob nº 95.196.044/0001-45, com sede na Rua General Osório, nº 70, cidade de Roca Sales, RS, cujo objeto será o repasse de recurso financeiro no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

**§ 1º** - O recurso de que trata o presente artigo é oriundo do Governo do Estado, através da Portaria SES nº 296/2024, de 10 de maio de 2024 da Secretaria Estadual de Saúde, que autoriza o repasse excepcional e extraordinário de recursos financeiros para serem alocados em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) dos hospitais total ou parcialmente interditados em razão das chuvas intensas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul.

**§ 2º** - Conforme o Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada o recurso será utilizado para pagamento de despesas com pessoal, despesas jurídicas e advocatícias, exames de imagem, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, internet, oxigênio, lixo hospitalar, medicamentos, alimentação, serviços arquitetônicos, serviços médicos, material e mão de obra construção.

**§ 3º** - No caso de desvio de finalidade na aplicação do recurso deverá ele ser devolvido ao Município no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias após constatado o evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

**§ 4º** - O recurso será repassado para a entidade em parcela única em até 10 (dez) dias após a celebração do Termo de Repasse.

**Art. 2º** - O Termo de Repasse a ser celebrado com a entidade terá vigência pelo período de 16 (dezesseis) meses, contados da data de sua assinatura, assim distribuídos:

- I - O prazo de 12 (doze) meses será para aplicação do recurso;
- II - O prazo de 04 (quatro) meses será para Prestação de Contas da aplicação dos recursos, a ser realizada pela entidade beneficiada.



**§ 1** - Os prazos fixados neste artigo poderão ser prorrogados por até iguais períodos, mediante Termo Aditivo.

**§ 2º** - A prorrogação prevista no § 1º deste artigo somente poderá ocorrer no caso de atraso no repasse do recurso por parte do Município ou no atraso na aplicação dos recursos financeiros, quando a entidade beneficiada deverá requerer a sua prorrogação de forma motivada e durante o transcurso da vigência do Termo de Repasse.

**Art. 3º** - O Termo de Repasse somente será celebrado após a apresentação da documentação jurídica e fiscal pela entidade beneficiada, visando à efetivação do repasse.

**Art. 4º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento do **exercício de 2024** do Município, no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), para cobertura do repasse a ser efetivado a **Sociedade Beneficente Roque Gonzáles**, inscrita no CNPJ sob nº 95.196.044/0001-45, com sede na Rua General Osório, nº 70, cidade de Roca Sales, RS, como segue:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10 - SAÚDE	
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0034 - Assistência Médica e Odontológica	
10.302.0034.1240 - Portaria SES 296/2024-Enfrentamento a	
Enchentes-HRG	
33350.43.00.00.00 - Subvenções Sociais (81027).....R\$	750.000,00
<b>TOTAL GERAL DO CRÉDITO ESPECIAL:.....R\$</b>	<b>750.000,00</b>

**Art. 5º** - Servirá de recursos para cobertura do contido no art. 4º desta Lei, o que segue:

I - Recurso 4230, depositado no Banco 1728, Banco Banrisul S/A, conta Portaria SES nº 296/2024, recebido do Governo do Estado, no valor de R\$.....R\$	750.000,00
<b>TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....R\$</b>	<b>750.000,00</b>

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROCA SALES  
EM 23 DE AGOSTO DE 2024.

AMILTON FONTANA  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE



## JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 055/24.

SENHORA PRESIDENTE.  
SENHORES VEREADORES.

Com o Projeto de Lei o Executivo solicita autorização legislativa para a celebração de Termo de Repasse com a **Sociedade Beneficente Roque Gonzáles**, inscrita no CNPJ sob nº 95.196.044/0001-45, com sede na Rua General Osório, nº 70, cidade de Roca Sales, RS, cujo objeto será o repasse de recurso na ordem de **R\$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil reais).

O recurso que é oriundo do **Governo do Estado** será repassado à entidade nos termos da **Portaria SES nº 296/2024**, de 10 de maio de 2024 da Secretaria Estadual de Saúde, que autoriza o repasse excepcional e extraordinário de recursos financeiros para serem alocados em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) dos hospitais total ou parcialmente interditados em razão das chuvas intensas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul.

De conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada o recurso será utilizado para pagamento de despesas com pessoal, despesas jurídicas e advocatícias, exames de imagem, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, internet, oxigênio, lixo hospitalar, medicamentos, alimentação, serviços arquitetônicos, serviços médicos, material e mão de obra construção.

Após a aprovação do Projeto de Lei será celebrado Termo de Repasse com a entidade, possibilitado com isso a transferência do recurso recebido.

Oportuno frisar que o Município apenas estará realizando o repasse do recurso, que foi recebido do **Governo Estadual** nos moldes da **Portaria supracitada** e que necessitam ser aplicados no hospital local, não havendo qualquer outra contrapartida municipal para tal.

No Projeto de Lei o Executivo também está solicitando autorização para abertura de Crédito Especial junto a Secretaria Municipal de Saúde, mais precisamente junto ao Fundo Municipal de Saúde, no valor de **R\$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil reais), para possibilitar o repasse dos recursos acima referidos a Sociedade Beneficente Roque Gonzáles.

A abertura do Crédito Especial se faz necessário em razão do recurso ser vinculado e oriundo de outra esfera de Governo, sendo no caso em tela do **Governo Estadual**, motivo pelo qual, quando da elaboração do orçamento para o exercício em curso, não havia como prever dotação orçamentária para a realização da despesa relacionada ao repasse do recurso.

Conforme estipula a legislação vigente em relação à aplicação de recursos vinculados, recebidos de outras instâncias governamentais, há a necessidade de Dotação Orçamentária própria, com o objetivo de contabilizar tais valores.

Segue em anexo cópia da Portaria acima referida, do Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada, da **Ata nº 02/2024** da reunião realizada no dia 21 de agosto de 2024, do Conselho Municipal da Saúde, aprovando o repasse, bem como a minuta do Termo de Repasse a ser celebrado entre as partes.



Pelos motivos acima, solicitamos a análise e aprovação do Projeto de Lei que visa a celebração de Termo de Repasse, para possibilitar o repasse do recurso supracitado, pelas razões acima, com o objetivo de beneficiar a todos os munícipes que utilizam os serviços de saúde do hospital local.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROCA SALES  
EM 23 DE AGOSTO DE 2024.

AMILTON FONTANA  
Prefeito Municipal

# DIÁRIO OFICIAL



Estado do Rio Grande do Sul

## SECRETARIA DA SAÚDE

### PORTARIAS

#### PORTARIAS

3ª edição

#### PORTARIA SES Nº 296/2024.

Autoriza o repasse excepcional e extraordinário de recursos financeiros da Secretaria da Saúde para serem alocados em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) dos hospitais total ou parcialmente interditados em razão das chuvas intensas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul.

A **SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III, do art. 90 da Constituição Estadual, e considerando:

- o Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024, que "Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, COBRADE 1.3.2.1.4, ocorridos no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024" e suas alterações;

- o Decreto nº 57.598, de 1º de maio de 2024, que: "Declara estado de emergência em saúde pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, para fins de prevenção e de enfrentamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave - SRAG";

- a edição da Portaria nº 1.354, de 2 de maio de 2024, pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul/RS;

### PORTARIAS

#### RESOLVE:

### PORTARIAS

**Art. 1º** Autorizar o repasse de recursos financeiros da Secretaria da Saúde, no montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), de forma excepcional e extraordinária, para serem alocados no custeio de ações e serviços públicos de saúde (ASPS) dos hospitais total ou parcialmente interditados em razão das chuvas intensas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul.

**Art. 2º** Os recursos serão transferidos, em parcela única, em prol dos hospitais atingidos pelas chuvas intensas, conforme os beneficiários indicados nos Anexos I e II desta Portaria.

**§1º** Aos hospitais sob gestão municipal, os recursos serão repassados do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, condicionado ao repasse à instituição beneficiária.

**§2º** Aos hospitais sob gestão estadual, os recursos serão repassados por intermédio dos respectivos contratos.

**Art. 3º** Para destinação dos recursos aos hospitais atingidos pelas chuvas, será considerado o grau de interdição da instituição, conforme segue:

**I -** Hospitais totalmente interditados - R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais); e

**II -** Hospitais parcialmente interditados - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

**Art. 4º** Os recursos repassados por meio desta Portaria deverão ser utilizados em quaisquer ações e serviços necessários ao reestabelecimento do atendimento de saúde da população atingida pelos desastres naturais.

**Art. 5º** O prazo de execução dos recursos de que trata esta Portaria é de 12 (doze) meses, a contar da data do repasse dos valores, podendo ser justificadamente prorrogado, a critério da gestão estadual.

**Art. 6º** Caberá ao gestor municipal, findo o prazo estabelecido para a conclusão do objeto, prestar contas pelo Relatório de Gestão Municipal, quando a transferência for na modalidade Fundo a Fundo.

**Art. 7º** O monitoramento da execução dos recursos repassados aos hospitais contratualizados pelo Estado será efetuado pelas Comissões de Avaliação dos Contratos - CAC e pelos respectivos fiscais.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 10 de maio de 2024.

ARITA BERGMANN,

Secretária da Saúde.

**ANEXO I - PORTARIA SES Nº 296/2024**

**REPASSE AOS HOSPITAIS TOTALMENTE INTERDITADOS**

<b>Nº</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	<b>CNES</b>	<b>HOSPITAL BENEFICIADO</b>	<b>VALOR EM PARCELA ÚNICA R\$</b>
1	Canoas	3626145	Hospital de Pronto Socorro	750.000,00
2	Roca Sales	2252147	Sociedade Beneficente Roque Gonzales	750.000,00
3	Rolante	2257564	Fundação Hospitalar de Rolante	750.000,00
4	Sinimbu	2236346	Hospital Beneficente Sinimbu	750.000,00
5	Três Coroas	2257467	Fundação Hospitalar Dr. Oswaldo Diesel	750.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>3.750.000,00</b>

**ANEXO II - PORTARIA SES Nº 296/2024**

**REPASSE AOS HOSPITAIS PARCIALMENTE INTERDITADOS**

<b>Nº</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	<b>CNES</b>	<b>HOSPITAL BENEFICIADO</b>	<b>VALOR EM PARCELA ÚNICA R\$</b>
				R\$
1	Encantado	2252228	Hospital Beneficente Santa Terezinha	500.000,00
2	Santa Maria	9575936	Hospital Regional de Santa Maria	500.000,00
3	Estrela	2252260	Sociedade Sulina Divina Providência	500.000,00
		<b>TOTAL</b>		<b>1.500.000,00</b>

ARITA GILDA HÜBNER BERGMANN  
Av. Borges de Medeiros, 1501, 6º andar  
Porto Alegre  
ARITA GILDA HÜBNER BERGMANN  
Av. Borges de Medeiros, 1501, 6º andar  
Porto Alegre  
Fone: 5132885949



## PLANO DE APLICAÇÃO

Portaria SES nº 296/2024

ANEXO I

Data: 10/05/2024

**Recurso: R\$ 750.000,00**

Custeio de Ações e Serviços Públicos de Saúde

**Prazo execução: 12 meses**

	DESCRIÇÃO	VALOR
001	Despesas com pessoal, despesas jurídicas e advocatícias, exames de imagem, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, internet, oxigênio, lixo hospitalar, medicamentos, alimentação, serviços arquitetônicos, serviços médicos, material e mão obra construção.	R\$ 750.000,00
	<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 750.000,00</b>

Roca Sales/RS, Maio de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RAQUEL ANDRES OESTREICH  
Data: 21/08/2024 16:12:35-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Raquel Andres Oestreich**  
Interventora  
Sociedade Beneficente Roque Gonzales

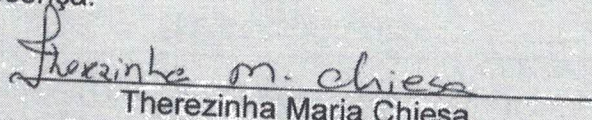
*Sociedade Beneficente Roque Gonzales*  
Rua General Osório, nº 70 - Centro - Roca Sales/RS - CEP: 95735-000  
Telefone (51) 3753 2188

1 **ATA 02/2024**, às 16:30 horas do dia 21 de agosto de 2024, de forma presencial,  
2 realizou-se em uma das salas reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, situada na  
3 Rua 31 de Março, nº 89, a segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de  
4 Saúde do Município de Roca Sales. A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de  
5 Roca Sales Sra. Therezinha Maria Chiesa, deu início à reunião, saudando os  
6 conselheiros presentes. Foi realizada apresentação dos novos componentes do  
7 Conselho Municipal da Saúde ao qual elegeram como Presidente a odontóloga Sra.  
8 Therezinha Maria Chiesa, Vice-Presidente Dr. Luan Gimenez Munhos e a enfermeira  
9 Andresa Nunes Brás como secretária. A convocação do Conselho foi pautada em 6  
10 itens: **ITEM 1 - Leitura, apreciação e aprovação da ATA da reunião anterior.** A  
11 presidente do conselho Municipal de Saúde iniciou os trabalhos fazendo a leitura da  
12 ATA 01/2024, a qual foi submetida ao debate e a apreciação dos conselheiros. Assim,  
13 após a análise da mesma, ocorreu a aprovação por unanimidade, por parte dos  
14 conselheiros. **ITEM 2 - Apresentação, avaliação, análise e aprovação do Relatório**  
15 **Municipal de Gestão da Saúde referente ao primeiro quadrimestre de 2024**  
16 **(janeiro, fevereiro, março, abril).** A Secretária Municipal da Saúde e Assistência  
17 Social, Sra. Raquel Andres Oestreich e a enfermeira Luciana Rodrigues,  
18 apresentaram o Relatório Municipal de Gestão da Saúde, referente ao primeiro  
19 quadrimestre de 2024, ocorridos no período de 01 de janeiro a 30 de abril de 2024.  
20 Com os dados apresentados do período foi aplicado 20,10% em saúde. No que se  
21 refere aos indicadores pactuados do período, referente ao cumprimento de metas  
22 pactuadas, o município atingiu o que foi proposto. Após ouvir a apresentação, o  
23 presente relatório foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. **ITEM 3 -**  
24 **Assuntos diversos: Aquisição de Ambulância, Programa do PIM, Agente de**  
25 **Endemias, Auxiliar de Saúde Bucal.** A Secretária da Saúde deixou os conselheiros  
26 a par da chegada da ambulância, adquirida através de emenda parlamentar já  
27 aprovada anteriormente por este conselho. Bem como o andamento do Programa do  
28 PIM, e a necessidade da contratação de profissional para realizar a visitação das  
29 famílias, visto o recebimento do incentivo e recurso e as metas a serem cumpridas,  
30 exigindo carga horária específica e destinada para este fim. Informou sobre a  
31 necessidade de contratação do segundo agente de endemias, ao qual o município já  
32 realizou seleção. Fomos contemplados com a Estratégia de Saúde Bucal junto ao  
33 ESF 1, ao qual é obrigatório a presença do auxiliar de saúde bucal por quarenta horas  
34 para continuidade do programa. **ITEM 4 - Apresentação Plano de Trabalho dos**  
35 **recursos da Sociedade Beneficente Roque Gonzales.** A interventora do Hospital,  
36 fazendo o uso da palavra, colocou aos conselheiros presentes sobre os recursos que  
37 estão disponíveis junto ao Fundo Municipal aguardando os devidos repasses à  
38 instituição, mediante aprovação dos planos de trabalho, sendo: **R\$ 424.184,04**  
39 referente à portaria GM/MS nº 2.745 de 26 de dezembro de 2023; **R\$ 750.000,00**  
40 referente à portaria SES nº 296/2024 de 10 de maio de 2024; **R\$ 100.000,00** referente  
41 à portaria SES nº 301/2024 de 10 de maio de 2024; **R\$ 398.958,00** referente à  
42 portaria GM/MS nº 3.708 de 06 de maio de 2024 e **R\$ 52.386,18** referente à portaria  
43 GM/MS nº 4.779 de 19 de julho de 2024. Trata-se de recursos financeiros  
44 emergenciais para Custeio Atenção Especializada e Ações e Serviços Públicos de  
45 Saúde que serão aplicados em pagamento de folha mensal dos funcionários,  
46 despesas com pessoal, despesas jurídicas e advocatícias, exames de imagem,  
47 aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos,  
48 despesas com água, energia, internet, oxigênio, lixo hospitalar, medicamentos,  
49 alimentação, serviços arquitetônicos, serviços médicos, material e mão obra  
50 construção, programas de informatização, computadores, equipamentos,





51 treinamentos e capacitações. Após o recebimento dos recursos a instituição tem até  
52 12 meses para empregar os valores. Após análise, ambos foram aprovados pelos  
53 conselheiros presentes. **ITEM 5 – Sobra recurso licitação no valor de R\$**  
54 **152.072,25.** A Secretária da Saúde informou aos os conselheiros presentes a  
55 intenção de utiliza uma sobra de recurso do pregão eletrônico PE 001/2024, no valor  
56 de R\$ 152.072,25, bem como a destinação de R\$ 91.666,66 através da emenda de  
57 bancada do legislativo para aquisição de veículo. Salaria da importância da  
58 aquisição de dois veículos de seis lugares para utilização e transportes de pacientes  
59 as cidades referências SUS. O mesmo foi aprovado por unanimidade **ITEM 6 –**  
60 **Informes da Secretaria da Saúde e elaboração da pauta para próxima reunião.** A  
61 Secretária da Saúde, Sra. Raquel Andres Oestreich, deixou os conselheiros  
62 informados sobre a portaria GM/MS nº 5.232 de 15 de agosto de 2024, no valor de R\$  
63 1.215.666,00 para execução de obras de reforma junto a UBS do Centro, afetada  
64 pelas cheias. Portaria GM/MS nº 5.233 de 15 de agosto de 2024, no valor de R\$  
65 799.813,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para  
66 estabelecimentos de saúde e Portaria GM/MS 5.234 de 15 de agosto de 2024 no  
67 valor de R\$ 2.026.110,00 para construção da nova UBS. Nada mais a debater, a  
68 Presidente Sra. Therezinha Maria Chiesa, reiterou o convite para a próxima reunião,  
69 assim, declarou encerrada a reunião, solicitando que os conselheiros presentes  
70 assinem o livro de presença.

71  
72 

73 Therezinha Maria Chiesa  
74 Presidente do Conselho Municipal de Saúde  
75 Roca Sales - RS



## **TERMO DE REPASSE Nº xxx/24.**

**MUNICÍPIO DE ROCA SALES**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 88.187.935/0001-70, sita à Rua Elizeu Orlandini, nº 51, cidade de Roca Sales, RS, neste Ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AMILTON FONTANA, brasileiro, maior, residente e domiciliado na Avenida General Daltro Filho, nº 945, Apto. 501, Município de Roca Sales, RS, portador do CPF nº 433.884.000-59 e Carteira de Identidade nº 103.992.452-2, doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, e a

**SOCIEDADE BENEFICENTE ROQUE GONZÁLES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 95.196.044/0001-45, com sede na Rua General Osório, nº 70, cidade de Roca Sales, RS, neste ato representado pela INTERVENTORA, senhora RAQUEL ANDRES OESTREICH, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Eliseu Orlandini, nº 052, apto, 205, Bairro Centro, Município de Roca Sales, RS, portadora do CPF nº 004.512.370-56 e Carteira de Identidade nº 807.505.659-1, conforme **Decreto Municipal nº 2.812/23**, doravante denominada simplesmente de **ENTIDADE**.

Declaram por este instrumento e na melhor forma de direito, terem justos e acertados entre si o presente Termo de Repasse que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA 1ª - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

01.1 - O presente instrumento tem sua fundamentação legal na **Lei Municipal nº \_\_\_\_\_/24**, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024 e se regerá pela legislação pertinente, no que couber.

### **CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO:**

02.1 - É objeto do presente instrumento o repasse de recurso financeiro a ENTIDADE, oriundo do **Governo Estadual** de conformidade com a **Portaria SES nº 296/2024**, de 10 de maio de 2024 da Secretaria Estadual de Saúde, que autoriza o repasse excepcional e extraordinário de recursos financeiros para serem alocados em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) dos hospitais total ou parcialmente interditados em razão das chuvas intensas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul.

02.2 - O recurso deverá ser utilizado pela ENTIDADE para pagamento de despesas com pessoal, despesas jurídicas e advocatícias, exames de imagem, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, internet, oxigênio, lixo hospitalar, medicamentos, alimentação, serviços arquitetônicos, serviços médicos, material e mão de obra construção, de conformidade com o Plano de Trabalho em anexo, que para todos os efeitos legais faz parte integrante deste instrumento.

02.3 - A ENTIDADE beneficiada pelo repasse será a responsável pela correspondente Prestação de Contas.

### **CLÁUSULA 3ª - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:**



- 03.1 - O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, o valor total de **R\$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil reais), conforme Plano de Trabalho em anexo.
- 03.2 - O valor a ser repassado pelo MUNICÍPIO, constante do **item 03.1** desta Cláusula, será liberado em parcela única, em até **10 (dez) dias** após a assinatura do presente instrumento.
- 03.3 - O valor a ser repassado será depositado em conta bancária a ser indicada pela ENTIDADE.

#### **CLÁUSULA 4ª - DO REAJUSTE:**

- 04.1 - O valor constante no **item 03.1** da cláusula terceira deste instrumento não será reajustado durante a vigência deste instrumento.

#### **CLÁUSULA 5ª - DO PRAZO:**

- 05.1 - O presente instrumento entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência pelo período de **16 (dezesesseis) meses**, contados da data de sua assinatura, assim distribuídos:
- 05.1.1 - O prazo de 12 (doze) meses será para aplicação do recurso;
- 05.1.2 - O prazo de 04 (quatro) meses será para Prestação de Contas da aplicação dos recursos, a ser realizada pela ENTIDADE.
- 05.2 - Os prazos fixados no **item 05.1 e seus subitens** poderão ser prorrogados por até iguais períodos, mediante Termo Aditivo.
- 05.3 - A prorrogação prevista no **item 05.2** somente poderá ocorrer no caso de atraso no repasse do recurso por parte do MUNICÍPIO ou no atraso na aplicação dos recursos financeiros, quando a ENTIDADE deverá requerer a sua prorrogação de forma motivada e durante o transcurso da vigência do Termo de Repasse.

#### **CLÁUSULA 6ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

- 06.1 - As despesas decorrentes deste Termo serão suportadas por dotação orçamentária própria já inserida no orçamento vigente, como segue:

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ROCA SALES  
10.302.0034.1240 - Portaria SES 296/2024-Enfrentamento a Enchentes-HRG  
33350.43.00.00.00 - Subvenções Sociais (81027)

#### **CLÁUSULA 7ª - DAS PENALIDADES:**

- 07.1 - O MUNICÍPIO exigirá indenização em moeda corrente dos valores constantes neste instrumento, quando:
- 07.1.1 - Não tiver havido comprovação da regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- 07.1.2 - Verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos;
- 07.1.3 - Ocorrer inadimplemento da ENTIDADE com relação a cláusulas deste instrumento;
- 07.1.4 - Verificadas práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública, nas contratações e demais atos praticados na execução desse instrumento.
- 07.2 - O MUNICÍPIO poderá reter os valores nos seguintes casos:
- 07.2.1 - Quando a ENTIDADE deixar de atender as suas finalidades;
- 07.2.2 - Quando a ENTIDADE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO;



07.2.3 - Quando a ENTIDADE não prestar contas no prazo fixado.

#### **CLÁUSULA 8ª - DA FISCALIZAÇÃO:**

08.1 - O MUNICÍPIO fiscalizará através da **Secretaria Municipal de Saúde** a aplicação e prestação de contas dos recursos.

#### **CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE:**

- 09.1 - A ENTIDADE obriga-se a aplicar os recursos em estrita conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.
- 09.2 - Será de inteira responsabilidade da ENTIDADE o pagamento de qualquer indenização pela aplicação dos recursos desse Termo de Repasse.
- 09.3 - Fica ressalvada a inexistência de qualquer vínculo entre o MUNICÍPIO e os terceiros, respondendo a ENTIDADE por todos os ônus trabalhistas, previdenciários e/ou fiscais oriundos dessa relação, inclusive pela responsabilidade civil em caso de acidente de qualquer natureza.
- 09.4 - Enquanto não forem aplicados, os recursos recebidos do MUNICÍPIO deverão permanecer em conta especial, rendendo juros e correção monetária.
- 09.5 - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Repasse, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pelo repassador do recurso.
- 09.6 - Cumprir com as obrigações assumidas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 10 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

- 10.1 - Cumprir com as obrigações assumidas no presente instrumento.
- 10.2 - Efetuar o repasse do valor ajustado segundo a forma estabelecida neste instrumento.
- 10.3 - Fiscalizar a aplicação do recurso concedido através deste instrumento.

#### **CLÁUSULA 11 - DA RESCISÃO:**

- 11.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:
- 11.1.1 - A qualquer tempo, ocorrendo à inadimplência de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou sobrevindo fato ou ato que o torne impraticável;
- 11.1.2 - Quando pela reiteração de advertências ficar evidenciada a incapacidade na ENTIDADE para dar execução satisfatória ao Termo;
- 11.1.3 - Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Prefeito Municipal, exarados em competente Processo Administrativo.
- 11.1.4 - Por acordo entre ambas as partes, desde que haja conveniência para o MUNICÍPIO.
- 11.2 - O descumprimento de qualquer das obrigações poderá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de **05 (cinco) dias** para alegar o que entender de direito.

#### **CLÁUSULA 12 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:**



- 12.1 - A ENTIDADE obriga-se a prestar contas no prazo fixado no **item 05.01** deste instrumento, mediante a apresentação de relatórios e documentos comprobatórios, nos moldes disciplinado pela legislação federal relacionada a Prestação de Contas de recursos federais.

### **CLÁUSULA 13 - CONDIÇÕES GERAIS:**

- 13.1 - O presente Termo poderá ter suas cláusulas alteradas mediante acordo entre ambas as partes, através de Termo Aditivo que ao presente instrumento se aderirá, observando-se o disposto na **Lei Municipal nº \_\_\_\_\_/24**, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.
- 13.2 - Os casos omissos ao presente Termo serão resolvidos de conformidade com a legislação pertinente, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

### **CLÁUSULA 14 - DO FORO:**

- 14.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente instrumento, elegem as partes de comum acordo, o **FORO DA COMARCA DE ENCANTADO, RS**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim ajustados, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente instrumento, comprometendo-se em bem e fielmente cumpri-las, pelo que assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que o mesmo passe a produzir os efeitos de direito.

Roca Sales, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**RAQUEL ANDRES OESTREICH**  
Interventora

**AMILTON FONTANA**  
Prefeito Municipal

**APROVO O PRESENTE INSTRUMENTO DE  
CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº  
8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.**

**FRANCK ANDRÉA LANG**  
Assessor Jurídico do Município

**TESTEMUNHAS: MARIBEL CRISTINA DREHMER**  
CPF: 960.025.650-00